Mas o grau maior ou menor se atribuem às diversas coisas conforme se aproximam mais ou menos de algo sumo e absoluto; assim, mais quente é aquilo que mais se aproxima do sumamente quente. Há, portanto, algo que é verdadeiro ao sumo, ótimo e nobilíssimo, e, por conseguinte, algo que é o supremo ente; pois, como diz Aristóteles, aquilo que é máximo enquanto verdadeiro, é tal também enquanto ente. Ora, aquilo que é máximo em dado gênero, é causa de todos os que pertencem àquele gênero, como o fogo, quente ao máximo, é causa de todo calor, como diz Aristóteles. Portanto, há algo que para todos os entes é causa do ser, da bondade e de qualquer perfeição. E este chamamos Deus.

e. A quinta via, ou via do finalismo

A quinta via se depreende do governo das coisas. Vemos que algumas coisas, que são privadas de conhecimento, isto é, os corpos físicos, operam para um fim, como se manifesta pelo fato de que elas operam sempre ou quase sempre do mesmo modo para atingir a perfeição: daí se manifesta que não por acaso, mas por uma predisposição, alcançam seu fim. Ora, aquilo que é privado de inteligência não tende ao fim a não ser porque está dirigido por um ser cognoscitivo e inteligente, como a flecha lançada pelo arqueiro. Portanto, existe algum ser inteligente, a partir do qual todas as coisas naturais são ordenadas para um fim: e a este ser chamamos Deus.

Tomás,
A suma teológica, vol. I.

5 Lei eterna, lei natural, lei humana, e lei divina

Depois de ter examinado a essência da lei considerada em si mesma, Tomás passa a analisar os tipos de lei que existem. São seis os quesitos que enfrenta e aos quais responde:

1. se existe uma lei eterna;
2. se existe uma lei natural;
3. se existe uma lei humana;
4. se existe uma lei divina;
5. se a lei divina é apenas uma;
6. se existe uma lei do pecado.

Desta questão (da qual citamos os primeiros quatro artigos) emerge que para To-

más há quatro tipos de leis: eterna, natural, humana e divina. A lei eterna é o plano racional de Deus, é a ordem do universo inteiro por meio da qual a sabedoria divina dirige todas as coisas a seu fim. Em resumo, é o plano providencial que é conhecido apenas de Deus e do qual o homem é participante só de uma parte. Os homens, com efeito, enquanto seres racionais, conhecem a lei natural. Estreitamente ligada à lei natural está a lei humana, isto é, o direito positivo. Em outras palavras, para Tomás, a lei humana é moralmente válida apenas se deriva da lei natural.

Acima da lei natural e das leis positivas nosso filósofo põe a lei divina, ou seja, a lei revelada por Deus que encontramos no Evangelho e que é guia para alcançar a bem-aventurança. Esta é a lei que permite ao homem alcançar seu fim último, o sobrenatural. É esta a lei que preenche as lacunas e as imperfeições das leis humanas que têm como fim apenas o bem comum.

1. Se há uma lei eterna

PARECE que não há uma lei eterna.¹ Com efeito:

1. Qualquer lei é imposta por alguém. Mas não existe a partir da eternidade um sujeito ao qual impor uma lei, pois a partir da eternidade existe apenas Deus. Portanto, nenhuma lei pode ser eterna.

2. A promulgação é essencial à lei. Mas a promulgação não podia existir desde a eternidade, pois não existia ninguém para o qual promulgá-la. Portanto, nenhuma lei pode ser eterna.²

3. A lei implica uma ordem para o fim. Ora, nada daquilo que é eterno é ordenado ao fim, pois apenas o fim último é eterno. Por isso nenhuma lei é eterna.

EM CONTRÁRIO: Escreve santo Agostinho:³ "A lei, que se denomina razão suprema, para quem compreenda não pode não aparecer imutável e eterna".

¹Entre os que negam a existência de uma lei eterna há, por exemplo, os materialistas (que negam a existência de Deus) e os deístas (que negam sua providência).

²É esta a dificuldade principal levantada por todos os que sustentam que não existe uma lei eterna. Como podia tal lei, argumentam, ser promulgada desde a eternidade se seus súditos ainda não existiam?

³A existência da lei eterna foi afirmada na antiguidade por Cícero, "do qual hauriu santo Agostinho, que sobre a questão é a fonte principal de santo Tomás".

RESPONDO: Conforme já vimos, a lei não é mais que o ditame da razão prática existente no príncipe que governa uma sociedade, ou comunidade perfeita. Ora, uma vez demonstrado, como fizemos na *Primeira Parte*, que o mundo é dirigido pela divina providência, é claro que toda a comunidade do universo é governada pela razão divina. Por isso o próprio plano com o qual Deus, como príncipe do universo, governa as coisas tem natureza de lei. E uma vez que a mente divina não concebe nada no tempo, sendo o seu pensamento eterno, como ensina a Escritura, esta lei deve ser eterna.

SOLUÇÃO DAS DIFICULDADES: 1. As coisas que não existem em si mesmas existem junto de Deus, porque pré-conhecidas e pré-ordenadas por ele, conforme a expressão do Apóstolo: "Chama as coisas que não existem como se existissem". Por isso a concepção eterna da lei divina se apresenta como lei eterna, enquanto é ordenada por Deus para o governo das coisas que ele já conhece.

2. A promulgação acontece com palavras e por escrito; e em ambos os modos a lei eterna tem sua promulgação por parte de Deus que a promulga. Com efeito, a Palavra (o Verbo) de Deus é eterna, como também é eterna a escritura do livro da vida. Ao invés, a promulgação não pode ser eterna por parte da criatura que deve lê-la ou escutá-la.⁴

3. A lei implica um ordenamento ao fim de modo ativo, isto é, enquanto ela serve para ordenar alguma coisa para seu fim; não tanto de modo passivo, isto é, no sentido de que ela própria seja ordenada para um fim. Isso ocorre apenas *per accidens* naqueles legisladores que têm seu fim fora de si mesmos, ao qual devem ordenar suas próprias leis. O próprio Deus, ao invés, é o fim do seu governar, e sua lei não é mais que ele próprio. Por isso a lei eterna não é ordenada a outro fim.

2. Se há em nós uma lei natural

PARACE que não há em nós uma lei natural.⁵ Com efeito:

1. O homem é governado pela lei eterna, pois, como ensina santo Agostinho, "é a lei eterna que estabelece com justiça que todas as coisas existam na máxima ordem". Ora, a natureza, como não carece do necessário, também não excede no supérfluo. Por isso não existe no homem uma lei natural.

2. A lei ordena os atos humanos para seu fim, conforme dissemos. Ora, a ordem dos atos humanos para o fim não deriva da na-

tureza, como ocorre nas criaturas privadas de razão, as quais agem para o fim guiadas apenas pelo apetite natural; o homem, ao contrário, age para um fim mediante a razão e a vontade. Portanto, no homem não existe uma lei natural.

3. Quanto mais alguém é livre, menos está submetido à lei. Ora, o homem é mais livre do que todos os animais, por causa do livre-arbítrio, que os animais não possuem. Por isso, uma vez que os outros animais não estão submetidos a uma lei natural, também o homem não deve a ela estar submetido.

EM CONTRÁRIO: A propósito daquele texto paulino, "quando os gentios que não têm lei fazem por natureza as coisas da lei", a *Glossa* explica: "Embora não tenham a lei escrita, têm porém a lei natural, mediante a qual cada um entende e sabe qual é o bem e qual é o mal".

RESPONDO: Conforme dissemos, sendo a lei uma regra ou medida, em um sujeito ela pode se encontrar de dois modos: primeiro, como em um princípio regulador e medidor; segundo, como em uma coisa regulada e medida, pois esta última é regulada e medida enquanto participa da regra ou medida. Ora, uma vez que todas as coisas submetidas à divina providência são reguladas e medidas, como vimos, pela lei eterna, é claro que todas elas participam mais ou menos da lei eterna, porque de seu influxo recebem uma inclinação aos próprios atos e aos próprios fins. Pois bem, entre todos os outros seres a criatura racional está submetida de modo mais excelente à providência divina, porque dela participa com o prover a si mesma e a outros. Por isso nela se tem uma participação da razão eterna, da qual deriva uma inclinação natural para o ato e o fim devido. É esta participação da lei eterna

⁴Temos nesta passagem a resposta à objeção principal levantada pelos que negam a existência de uma lei eterna. cf. nota n. 2. A resposta de Tomás é claríssima: a lei eterna é promulgada desde a eternidade "em Deus, como é existente em Deus, pois nele preexistiam desde sempre todas as coisas. Toda coisa que existe no tempo existe desde a eternidade presente a Deus, por ele pré-conhecida e pré-ordenada, pois ele é imutável, eterno, infinito".

⁵A existência de uma lei fundada sobre a natureza, isto é, de um direito natural, foi admitida na antiguidade por muitos filósofos (Sócrates, Platão, Aristóteles, Cícero). Na Renascença será defendida pelos jurinaturalistas. Com a expressão "lei da natureza" ou "direito natural" entende-se o conjunto de normas não postas pelo legislador, mas próprias da natureza humana.

na criatura racional se denomina lei natural. Eis por que o Salmista, depois de ter dito: "Sacrificai sacrifícios de justiça", como que para responder ao quesito de quem procura as obras da justiça, "muitos dizem: quem me fará ver o bem?", assim responde: "Como selo está impressa sobre nós a luz de tua face, ó Senhor";⁶ como para dizer que a luz da razão natural, que nos permite discernir o mal e o bem, outra coisa não é em nós que uma marca da luz divina. Por isso é evidente que a lei natural nada mais é que a participação da lei eterna na criatura racional.

SOLUÇÃO DAS DIFICULDADES: 1. O argumento seria justo se a lei natural fosse algo de diverso da lei eterna. Ela, ao invés, conforme vimos, não é mais que uma participação dela.

2. Todos os atos da razão e da vontade derivam em nós, conforme dissemos, segundo a natureza; com efeito, todo raciocínio deriva dos primeiros princípios conhecidos por natureza, e todo apetite relacionado com os meios deriva do apetite natural do último fim. Eis por que também a primeira orientação de nossos atos para o fim se dá mediante a lei natural.

3. Também os animais privados de razão participam a seu modo da lei eterna, como as criaturas racionais. Todavia, como as criaturas racionais dela participam mediante o intelecto e a razão, esta participação se chama lei em sentido próprio. Com efeito, a lei, como dissemos acima, pertence à razão. As criaturas irracionais, ao invés, não participam dela mediante a razão: por isso no caso delas não se pode falar de lei, a não ser em sentido metafórico.

3. Se existe uma lei humana

PARECE que não existe uma lei humana. Com efeito:

1. A lei natural, conforme vimos, é uma participação da lei eterna. Mas, conforme diz santo Agostinho, por força da lei eterna "todas as coisas são maximamente ordenadas". Portanto, basta a lei natural para pôr ordem em todas as coisas humanas. Portanto, não é necessário que exista uma lei humana.

2. Dissemos que a lei tem função de medida. Mas a razão humana não é medida das coisas, pois é mais verdadeiro o contrário, como nota Aristóteles. Por isso da razão humana não pode derivar nenhuma lei.

3. A medida deve ser certíssima, conforme Aristóteles. Ora, as sugestões da razão humana sobre as ações a realizar são incertas, como nota a Escritura: "Tímidos são os raciocí-

nios dos mortais e incertos os nossos projetos". Portanto, da razão humana não pode derivar nenhuma lei.

EM CONTRÁRIO: Santo Agostinho distingue duas leis, uma eterna e a outra temporal, que ele faz coincidir com a humana.

RESPONDO: Conforme já explicamos, a lei é um ditame da razão prática. Ora, na razão prática e na especulativa se encontram procedimentos análogos: com efeito, uma e outra, conforme vimos, partindo de alguns princípios chegam a conclusões. Por isso, segundo esta analogia, como no campo especulativo dos primeiros princípios indemonstráveis, naturalmente conhecidos, se produzem em nós as conclusões das diversas ciências, das quais não temos um conhecimento inato, assim é necessário que a razão humana, dos preceitos da lei natural, como de princípios universais e indemonstráveis, chegue a dispor das coisas de modo mais particularizado.

É estas disposições particulares, elaboradas pela razão humana, se chamam leis humanas, caso se encontrem as outras condições requeridas pela noção de lei, segundo as explicações dadas na questão precedente. Cícero,⁷ com efeito, escreveu que "a primeira origem do direito é obra da natureza; portanto, certas disposições, por meio do julgamento favorável da razão, passam para o costume; e finalmente estas coisas, que a natureza promovera e o costume confirmara, foram sancionadas pelo temor e pela santidade das leis".

SOLUÇÃO DAS DIFICULDADES: 1. A razão humana não está em grau de participar plenamente do ditame da mente divina, mas apenas a seu modo e imperfeitamente. Por isso, como em campo especulativo existe em nós um conhecimento de certos princípios universais, mediante uma participação natural da sabedoria divina, mas não a ciência peculiar de qualquer verdade, como se encontra na sabedoria de Deus, assim também em campo prático o homem é naturalmente participante da lei eterna segundo certos princípios universais, mas não segundo as diretivas particulares dos atos sin-

⁶Na realidade, esta interpretação do salmo é errada, enquanto dos textos originais se tem a seguinte tradução: "Imolai vítimas de justiça e confiai em Javé! Levanta sobre nós a luz de tua face, Javé! Puseste alegria em meu coração".

⁷Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Santo Tomás o cita frequentemente e "quase sempre com honra, a exemplo de Agostinho, do qual frequentemente extrai as citações".

gulares, que todavia estão contidos na lei eterna. Por isso é necessário que a lei humana passe a estabelecer particulares decretos de lei.

2. A razão humana por si não é regra ou medida das coisas; porém nela estão inatos certos princípios que são regras, ou medidas gerais das ações que o homem deve realizar, e das quais a razão natural é regra e medida, embora não o seja das coisas naturais.

3. A razão prática tem por objeto apenas as ações a serem realizadas, que são singulares e contingentes: não tanto as coisas necessárias, objeto da razão especulativa. Por isso as leis humanas não podem ter a infalibilidade que têm as conclusões das ciências especulativas. E nem é necessário que toda medida seja completamente infalível e certa, mas basta que o seja conforme seu gênero comporta.⁸

4. Se era necessária a existência de uma lei divina positiva

PARCE que não seria necessária a existência de uma lei divina [positiva]. Com efeito:

1. A lei natural, conforme dissemos, é uma participação humana da lei eterna. Mas a lei eterna, conforme vimos, é lei divina. Portanto, não é necessário que, além da lei natural e das leis humanas que dela derivam, também exista outra lei divina.

2. Está escrito que "Deus deixou o homem na mão de seu conselho". Ora, vimos acima que o conselho é um ato da razão. Portanto, o homem foi entregue ao governo da própria razão. Mas o ditame da razão humana forma, como dissemos, a lei humana. Portanto, não é preciso que o homem seja governado por uma lei divina.

3. A natureza humana é provida melhor do que as criaturas privadas de razão. Ora, estas criaturas não têm uma lei divina, distinta de sua inclinação natural inata. Muito menos, portanto, deverá ter uma lei divina a criatura racional.

EM CONTRÁRIO: Davi pede a Deus expressamente a imposição de uma lei: "Senhor, impõe-me uma lei no caminho de teus estatutos".

RESPONDO: Para a orientação de nossa vida era necessária, além da lei natural e da humana, uma lei divina [positiva]. É isso por quatro motivos. Primeiro, porque o homem, mediante a lei, é guiado em seus atos em direção ao fim

último. Se ele, com efeito, fosse ordenado apenas a um fim que não supera a capacidade das faculdades humanas, não seria necessário que tivesse uma orientação de ordem racional superior à lei natural e à lei humana positiva que dela resulta. Mas, sendo o homem ordenado ao fim da bem-aventurança eterna, a qual ultrapassa, conforme vimos acima, as capacidades naturais do homem, era necessário que ele fosse dirigido a seu fim, acima da lei natural e humana, por uma lei dada expressamente por Deus.

Segundo, porque a propósito dos atos humanos há muitas diferenças de valoração, dada a incerteza do julgamento humano, especialmente em relação aos fatos contingentes e particulares. Por isso, para que o homem pudesse saber sem nenhuma dúvida aquilo que deve fazer ou evitar, era necessário que em seus atos fosse guiado por uma lei revelada por Deus, na qual não pode haver erro.

Terceiro, porque o homem se limita a legislar sobre aquilo que pode julgar. Ora, o homem não pode julgar os atos internos, que estão escondidos, mas apenas os externos e visíveis. Todavia, a perfeição da virtude requer que o homem seja reto em uns e nos outros. Portanto, a lei humana não podia reprimir, ou comandar eficazmente, os atos interiores; para isso era necessária a intervenção da lei divina.

Quarto, como nota santo Agostinho, a lei humana não é capaz de punir e de proibir todas as ações más, pois, se quisesse eliminar todas elas, muitos bens seriam eliminados e ficaria comprometido o bem comum, necessário para o relacionamento humano. Por isso, para que nenhuma culpa permanecesse impune, era necessária a intervenção da lei divina, que proíbe todos os pecados.

Esses quatro motivos são acenados em uma frase dos Salmos: "A lei do Senhor é sem mancha", ou seja, não admite nenhuma fealdade de pecado; "refaz as almas", pois regula não só os atos externos, mas também

⁸Trata-se de "uma importante observação do ponto de vista metodológico. Santo Tomás, remetendo-se a Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, I, 1), afirma que não se pode pretender a mesma infalibilidade e certeza em toda ciência; mas em cada uma, nos limites que comporta a matéria ou o objeto próprio. Assim na moral, por exemplo, cujo objeto é particular e contingente (as ações humanas), não se pode ter a mesma certeza que na metafísica, cujo objeto é universal e necessário (o ser das coisas). Uma regra prática, como é a lei, não pode ser considerada como se fosse um princípio teórico".

os internos; "o testemunho do Senhor é seguro", por causa da certeza da verdade e da retidão; "dá a sabedoria aos pequeninos", enquanto ordena o homem ao fim sobrenatural e divino.

SOLUÇÃO DAS DIFICULDADES: 1. A lei eterna é participada pela lei natural conforme a capacidade da natureza humana. Mas o homem tem necessidade de ser guiado de modo mais alto ao fim último sobrenatural. Eis por que se tem uma lei divina positiva, mediante a qual a lei eterna é participada em um grau mais alto.

2. O conselho é uma busca: e, de fato, deve mover a partir de alguns princípios. Mas, pelas razões aduzidas, não basta basear-se sobre princípios postos em nós pela natureza, que são os preceitos da lei natural; é necessário, ao invés, recorrer a outros princípios, isto é, aos preceitos da lei divina.

3. As criaturas irracionais não são ordenadas a um fim superior às suas capacidades naturais. Por isso a comparação não se sustenta.

Tomás,
A suma teológica, vol. XII